

COMPANHIA TECIDOS SANTANENSE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Tecidos Santanense ("Companhia") é uma companhia aberta, cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA sob as siglas "CTSA3" e "CTSA4" e é sediada em Montes Claros, MG. A Companhia e sua controlada têm por objetivo social a indústria têxtil; atividades afins; confecção e comercialização de produtos do vestuário, inclusive uniformes profissionais; acessórios e equipamentos de proteção individual - EPI, destinados à segurança do trabalho; a exportação e importação de produtos ligados à sua finalidade, podendo participar do capital de outras empresas e adquirir títulos negociáveis no mercado de capitais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 novembro de 2012.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias elaboradas, simultaneamente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e as demonstrações contábeis intermediárias para os períodos de três meses e nove meses findos em 30 de setembro de 2011 apresentadas para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicável, para melhoria da informação e comparabilidade.

Até 31 de dezembro de 2011, a Companhia vinha apresentando suas demonstrações financeiras consolidadas, que incluíam as operações da controladora e de sua sucursal na Argentina. Com a redução das atividades naquele país, os saldos da sucursal passaram a ser pouco representativos. Dessa forma, a partir do exercício de 2012, a companhia passa a apresentar suas demonstrações financeiras adicionando eventuais saldos de sua sucursal na Argentina em suas equivalentes rubricas.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pela CVM que estavam em vigor em 30 de setembro de 2012.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional da sua controlada a Administração considerou qual a

moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira da sucursal Argentina incluídos nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia possuem moeda funcional diferente da moeda de apresentação e são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros não derivativos--Os instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis de curto e longo prazo, empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar além de outros instrumentos de dívida e patrimônio. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados a cada data de balanço, de acordo com a sua classificação, que é definida no reconhecimento inicial com base nos propósitos para os quais foram adquiridos ou emitidos.

Os instrumentos financeiros classificados no ativo se enquadram na categoria de “Empréstimos e recebíveis” e juntamente com os passivos financeiros, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

A Companhia não possui ativos financeiros não derivativos, classificados nas seguintes categorias: (i) mantidos para negociação; (ii) mantidos até o vencimento; e (iii) disponíveis

para venda. Também não possui passivos financeiros não derivativos classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

(c) Instrumentos financeiros derivativos--Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, posteriormente, a variação de seu valor justo é registrada no resultado, exceto quando há designação do derivativo para hedge de fluxo de caixa, que deverá seguir o método de contabilização descrita para hedge de fluxo de caixa.

O instrumento financeiro derivativo é classificado como hedge de fluxo de caixa quando objetiva proteger a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que sejam atribuíveis tanto a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido quanto a uma operação altamente provável de se realizar ou ao risco de taxa de câmbio de um compromisso firme não reconhecido.

No início da contratação de um derivativo destinado para hedge, a Companhia designa e documenta formalmente o item objeto de hedge, assim como o objetivo da política de risco e a estratégia da transação de hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação a ser protegida, a natureza do risco a ser protegido e como a entidade vai avaliar a efetividade do instrumento de hedge na compensação da exposição a variações no valor justo do item coberto ou dos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto. O objetivo é que tais instrumentos de hedges sejam efetivos para compensar as alterações no valor justo ou fluxos de caixa e são avaliados em uma base contínua para determinar se eles realmente têm sido efetivos durante todo o período para os quais foram designados.

A parcela efetiva do ganho ou perda na variação do valor justo do instrumento de hedge é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, enquanto qualquer parcela inefetiva é imediatamente reconhecida como receita ou despesa financeira no resultado do período.

Os montantes classificados no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial são alocados ao resultado a cada período em que o item objeto do hedge afetar o resultado, retificando o valor da despesa objeto do hedge.

Se o compromisso firme não tiver mais expectativa de ocorrer, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados para o resultado. Se o instrumento de cobertura de hedge expira ou é vendido, finalizado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua designação como um hedge é revogado, os montantes anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são alocados ao resultado.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Contas a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa--As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. As contas a receber de longo prazo são ajustadas a valor presente com base nas taxas de juros de mercado ou nas taxas de juros da transação e as de curto prazo quando os efeitos

são relevantes. As contas a receber de clientes são classificadas como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado.

(f) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(g) Investimentos—Até 31 de dezembro de 2011, o investimento na controlada sediada na Argentina era avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pela investida na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido da controlada sediada no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de “Ajuste acumulado de conversão” no patrimônio líquido e também apresentada como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente. A partir de 1º de janeiro de 2012, essa controlada passou a ser apenas uma filial da Companhia, com atividades reduzidas e tem seus saldos adicionados aos saldos da Companhia por não possuírem relevância.

(h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos.

(i) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
Usina hidroelétrica (PCHs)	15 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Outros	10 a 15 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada exercício.

(j) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas. Os ativos intangíveis com vida útil determinada são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(k) Avaliação do valor recuperável dos ativos--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável. As perdas decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(l) Imóveis destinados à venda--São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(m) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para a controlada sediada no exterior, a alíquota de imposto é de 35%.

(n) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(o) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(p) Lucro básico e diluído por ação--O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não possui potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro por ação.

(q) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(r) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações incondicionais concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: (i) A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; (ii) A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; (iv) é provável que os benefícios

econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

(s) Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)--Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda e determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IFRS 1	Hiperinflação severa e eliminação de datas fixas para adotantes das IFRSs pela primeira vez.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional em 2012 ou obrigatória para os períodos iniciados após 1º de janeiro de 2013. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. Considerando as atuais operações da Companhia e de sua controlada, a Administração não espera que essas novas normas,

interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis intermediárias a partir de sua adoção.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2015
IAS 28 (Revisado 2011) “Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado”	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 (Revisado 2011), “Demonstrações Financeiras Separadas”	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis intermediárias separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 “Acordos de participação”	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 13 “Mensurações ao Valor Justo”	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 19 “Benefícios aos Empregados”	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações ao IAS 1 “Apresentação das Demonstrações Financeiras”	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 7 – Divulgações – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Introduz requerimentos de divulgação de informações sobre todos os instrumentos financeiros que são compensados conforme permitidos pelo IAS 32.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios e períodos com início em ou após 1º de janeiro de 2014. Aplicação deve ser retroativa.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Alterações à IFRS 1 – Empréstimos Subsidiado pelo Governo	Introduz requerimento de que as alterações à norma IAS 20 de 2008 sejam aplicadas de forma prospectiva na data ou após a data de transição para as IFRSs. No entanto, se a entidade obteve informação necessária para a aplicação do requerimento aplicável aos empréstimos subsidiados pelo governo como resultado de uma transação passada na data da contabilização inicial do empréstimo, ela poderá optar pela aplicação da norma IAS 20 de forma retrospectiva.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Demonstrações Financeiras Consolidadas, Acordos de Participação e Divulgação das Participações em Outras Entidades: Orientação para a Transição – Alterações às normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12	As alterações esclarecem os procedimentos de transição da norma IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, bem como a simplificação da transição para as normas IFRS10, IFRS 11 “Acordos de Participação” e IFRS 12 “Divulgações de Participações em Outras Entidades”, limitando o requerimento de divulgação comparativa ajustada apenas para o exercício comparativo mais recente. Adicionalmente, para as divulgações relacionadas com as entidades não consolidadas, as alterações eliminarão o requerimento de apresentação das informações comparativas para períodos anteriores à adoção inicial da norma IFRS12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Melhorias anuais às IFRSs: Ciclo 2009–2011	Alterações em diversas normas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e às IFRICs. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Depósitos bancários	3.710	2.698
Depósitos no exterior	74	133
Cambiais a liquidar	2.431	2.887
	-----	-----
	6.215	5.718
	=====	=====

4. DUPLICATAS A RECEBER

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Clientes no mercado interno	111.211	95.164
Clientes no mercado externo	9.875	8.064
	-----	-----
	121.086	103.228
Provisão para devedores duvidosos	(10.593)	(10.166)
	-----	-----
	110.493	93.062
	=====	=====

As contas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 93 dias (82 dias em 31 de dezembro de 2011). O saldo da provisão para devedores duvidosos é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com estes títulos. A movimentação da provisão para devedores duvidosos consolidada é como segue:

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Saldo no início do período	(10.166)	(9.586)
Adições	(427)	(658)
Baixas	-	78
	-----	-----
Saldo no final do período	(10.593)	(10.166)
	=====	=====

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A Companhia possui mais de 3.300 clientes ativos em 30 de setembro de 2012 e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita de vendas ou das contas a receber.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

A Companhia não identificou necessidade de ajustar a valor presente as contas a receber.

5. ESTOQUES

	30.09.2012	31.12.2011
Matérias-primas e secundários	14.445	25.882
Produtos em elaboração	13.238	19.482
Produtos acabados	12.166	13.455
Peças de reposição	14.940	15.220
	-----	-----
	54.789	74.039
	=====	=====

6. IMOBILIZADO

			30.09.2012		31.12.2011
	Taxa (*) %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos e benfeitorias	-	1.295	-	1.295	1.127
Edifícios	1,9	42.463	(22.457)	20.006	20.461
Instalações	5,6	40.144	(30.785)	9.359	7.406
Equipamentos	6,1	161.198	(117.178)	44.020	42.746
Usina Hidroelétrica (PCH)	6,0	12.672	(4.868)	7.804	8.336
Móveis e utensílios	8,0	2.187	(1.643)	544	511
Veículos	17,8	1.345	(571)	774	888
Computadores e periféricos	16,7	5.206	(4.728)	478	415
Obras em andamento	-	30.693	-	30.693	34.498
Adiantamentos a fornecedores	-	914	-	914	454
Outros	-	616	-	616	434
		-----	-----	-----	-----
		298.733	(182.230)	116.503	117.276
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação, excluindo os itens totalmente depreciados.

A Companhia possui apenas uma unidade geradora de caixa que contempla todos os seus ativos imobilizados e é representada basicamente por um único produto: “tecidos planos”.

Tendo em vista sua rentabilidade e geração de caixa a Companhia não encontrou indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2011	Adições	Baixas	Transferên- cias	30.09.2012
Terrenos e benfeitorias	1.127	168	-	-	1.295
Edifícios	42.248	3	(963)	1.175	42.463
Instalações	37.134	3	-	3.007	40.144
Equipamentos	154.597	187	(103)	6.517	161.198
Usina Hidroelétrica (PCH)	12.672	-	-	-	12.672
Móveis e utensílios	2.093	95	(4)	3	2.187
Veículos	1.323	79	(57)	-	1.345
Computadores e periféricos	5.056	123	(34)	61	5.206
Obras em andamento	34.498	7.101	(123)	(10.783)	30.693
Adiantamentos a fornecedores	454	460	-	-	914
Outros	434	195	(33)	20	616
	-----	-----	-----	-----	-----
	291.636	8.414	(1.317)	-	298.733
	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2011	Adições	Baixas	30.09.2012
Edifícios	(21.787)	(745)	75	(22.457)
Instalações	(29.728)	(1.057)	-	(30.785)
Equipamentos	(111.851)	(5.365)	38	(117.178)
Usina Hidroelétrica (PCH)	(4.336)	(532)	-	(4.868)
Móveis e utensílios	(1.582)	(64)	3	(1.643)
Veículos	(435)	(188)	52	(571)
Computadores e periféricos	(4.641)	(121)	34	(4.728)
	-----	-----	-----	-----
	(174.360)	(8.072)	202	(182.230)
	=====	=====	=====	=====

7. FORNECEDORES

	30.09.2012	31.12.2011
Fornecedores no mercado interno	11.345	19.687
Fornecedores no mercado externo	149	325
Partes relacionadas	351	831
	-----	-----
	11.845	20.843
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 15 dias (17 dias em 31 de dezembro 2011).

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Juros - % a.a.	Vencimento	30.09.2012	31.12.2011
BNDES – capital de giro	R\$	TJLP + 3,0	2014	6.655	9.519
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	R\$	118,7 do CDI	2012	1.328	12.380
Banco Votorantim S.A.	R\$	11,25 (*)	2012	-	12.582
Banco do Brasil – BNDES Progerem	R\$	TJLP + 3,0	2015	19.078	-
Banco Bradesco – Finame	R\$	4,5	2020	1.016	1.122
Banco do Brasil – Finame	R\$	4,5 e 5,5	2020	3.005	3.049
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	R\$	120,0 do CDI	2012	6.362	28.318
Total				37.444	66.970
Circulante				(12.089)	(57.374)
Não circulante				25.355	9.596
				=====	=====

(*) Foi firmado contrato de swap de taxa de juros com Banco Votorantim com a finalidade de troca da taxa pré-fixada de 11,25% a.a., por 97% da variação do CDI, conforme descrito na nota 14.d.5.1.

Os empréstimos são garantidos por garantias bancárias e aval no montante de R\$42.041 (R\$62.799 em 31 de dezembro de 2011).

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

		2013				
	2012	Curto prazo	Longo prazo	2014	2015 a 2020	Total
BNDES – capital de giro	951	2.852	951	1.901	-	6.655
Banco do Brasil S.A. (conta garantida)	1.328	-	-	-	-	1.328
Banco do Brasil – BNDES Progerem	-	78	-	-	19.000	19.078
Banco Bradesco – Finame	36	105	35	140	700	1.016
Banco do Brasil – Finame	93	284	95	379	2.154	3.005
Banco Bradesco S.A. (conta garantida)	6.362	-	-	-	-	6.362
Total	8.770	3.319	1.081	2.420	21.854	37.444
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, está representado como segue:

	Nº de ações
Ordinárias	38.041.111
Preferenciais:	
PN	1.256.792
PND	1.227

	39.299.130
	=====

Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 30 de setembro de 2012.

Todas as ações são nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações preferenciais e preferenciais classe "D" não possuem direito de voto e gozam das seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso do capital na hipótese de liquidação e (b) direito a dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovado o aumento do capital social de R\$101.921 para R\$125.000, mediante a capitalização de R\$23.079, da reserva de retenção de lucros, sem a emissão de novas ações.

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a legislação societária e o estatuto.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$6.581, correspondentes a 30% do lucro líquido disponível do exercício de 2011, para todos os acionistas da Companhia com posição acionaria naquela data, deduzido o pagamento de R\$1.774, já realizado como dividendo intermediário no mês de dezembro último.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

d. Reserva de isenção de imposto de renda

A reserva de isenção de imposto de renda foi constituída com base na parcela do lucro líquido referente redução do imposto sobre a renda para a unidade fabril localizada na região da SUDENE.

10. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar		Encargos financeiros	
	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	31.12.2011	30.09.2012	30.09.2011
Coteminas S.A.	-	-	20	-	(1)	-
Companhia de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	2.590	-	-	34	(39)	(365)
Oxford Com. e Partic. S.A.	-	12	1.076	-	(44)	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
Total	2.590	12	1.096	34	(84)	(365)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Os saldos referem-se a empréstimos com vencimentos de longo prazo, cujos encargos foram calculados de acordo com as taxas equivalentes às praticadas pelo mercado financeiro (103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI). A Companhia paga comissão sobre aval de 1,3% a.a., para sua controladora indireta Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas. No período de nove meses findo em setembro de 2012, esse valor representa R\$124 (R\$389 no mesmo período de 2011).

No período de nove meses findo em setembro de 2012 a Companhia adquiriu produtos intermediários da empresa do grupo, Coteminas S.A., no valor de R\$6.791 (R\$35.692 no mesmo período de 2011). As transações são efetuadas a preços de mercado.

Os valores totais pagos e provisionados a diretores e pessoas-chaves da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração”. A Companhia não possui obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo aos diretores e pessoas-chave da Administração.

11. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Incentivos fiscais

A unidade fabril de Montes Claros - MG, está localizada na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, beneficiando-se de incentivos fiscais federais e estaduais.

O incentivo fiscal federal da Companhia está programado para expirar em 31 de dezembro de 2015.

Esse incentivo é calculado a partir das vendas brutas e do imposto de renda devido sobre o resultado obtido nas operações comerciais e industriais, contabilizados como redução da provisão de imposto de renda, em contrapartida ao resultado do período.

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e de contribuição social

	30.09.2012	30.09.2011
Resultado antes dos impostos	38.194	25.238
Diferenças permanentes:	549	143
	-----	-----
Base de cálculo dos impostos sobre o lucro	38.743	25.381
Alíquota de 34%	(13.173)	(8.630)
Incentivo fiscal - SUDENE	1.225	1.011
Dedução somente em IRPJ	18	14
Créditos fiscais não constituídos	83	2.246
Outras deduções líquidas	403	121
	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	(11.444)	(5.238)
	=====	=====
Impostos correntes	(10.818)	(3.880)
Impostos diferidos	(626)	(1.358)
	=====	=====

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais da controladora e são compostos como segue:

	Saldos em 31.12.2011	Reconhe- cidos no resultado	Saldos em 30.09.2012
Ativo:			
Provisões dedutíveis somente quando realizadas:			
Provisões diversas	6.199	242	6.441
Prejuízo fiscal, líquido	868	(868)	-
	-----	-----	-----
Ativo não circulante	7.067	(626)	6.441
	=====	=====	=====

A Administração, com base em orçamento e plano de negócios, estima que os créditos fiscais sejam realizados durante os próximos exercícios, conforme demonstrado a seguir:

Ano	30.09.2012
2013	1.109
A partir de 2014	5.332

	6.441
	=====

d. Impostos a recuperar

	30.09.2012	31.12.2011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	23.362	21.855
PIS e COFINS a recuperar	-	329
IPI a recuperar	-	159
Imposto sobre valor agregado – IVA	130	91
Antecipação de impostos	570	249
Outros	72	3
	-----	-----
Circulante	24.134 (1.774)	22.686 (1.855)
	-----	-----
Não circulante (*)	22.360	20.831
	=====	=====

(*) A parcela dos créditos de ICMS cuja expectativa de realização é superior a um ano é transferida para o ativo não circulante.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES PARCELADOS

A Companhia aderiu ao PAES em 31 de julho de 2003, visando à quitação de impostos e contribuições federais vencidas até 28 de fevereiro de 2003.

O valor consolidado das dívidas incluídas no PAES está atualizado pela TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), sendo amortizado em parcelas mensais iguais, com vencimento até junho de 2013.

	30.09.2012	31.12.2011
PIS e COFINS	792	1.690
INSS	445	867
	-----	-----
	1.237	2.557
Circulante	(1.237)	(1.706)
	-----	-----
Não circulante	-	851
	=====	=====

13. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	30.09.2012	31.12.2011
Processos fiscais:		
INSS	1.833	1.833
PIS e COFINS	3.261	3.261
Contribuição social	310	264
Imposto de renda	1.075	1.075
ICMS	756	756
ICMS - Exportação	6.548	6.548
Trabalhistas	873	991
Cíveis e outras	38	38
	-----	-----
	14.694	14.766
	=====	=====
Depósitos judiciais	8.145	8.218
	=====	=====

INSS--Discussão administrativa referente a lançamento fiscal na Companhia.

PIS e COFINS--A Companhia é pólo ativo em demanda contra a Receita Federal questionando a inclusão de ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Contribuição social--Mandado de Segurança com o objetivo de garantir o direito de deduzir na base de cálculo da CSLL os encargos de depreciação e baixa de bens do ativo referente aos efeitos decorrentes da diferença existente entre a variação do IPC e a variação do BTNF, verificada no ano base 1990.

Imposto de renda--A Companhia questiona judicialmente a limitação de 30% nas compensações de prejuízos fiscais referentes ao ano calendário 1994.

ICMS--A Companhia é pólo ativo em ação anulatória de débito fiscal que trata de glosas de créditos do ICMS em fase de benefícios unilaterais do imposto (guerra fiscal), e cujo valor foi depositado judicialmente.

ICMS – Exportação--A Companhia recebeu em 13 de fevereiro de 2012, auto de infração lavrado pela fiscalização de Minas Gerais glosando algumas transferências de créditos de ICMS decorrentes de exportação. A Companhia contestou administrativamente, porém provisionou o valor principal do auto de infração. As multas e encargos no valor de R\$10.560 não foram provisionados, dado que todos os créditos foram homologados pelo mesmo posto fiscal que ora emitiu o auto de infração, e por isso, os advogados da Companhia entendem serem remotas as possibilidades de pagamento desses encargos caso a Companhia seja obrigada a pagar o imposto.

Trabalhistas--A Companhia é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

As movimentações do saldo das provisões diversas são apresentadas a seguir:

	Saldos em 31.12.2011	Adições	Baixas	Saldos em 30.09.2012
Processos fiscais:				
INSS	1.833	-	-	1.833
PIS e COFINS	3.261	-	-	3.261
Contribuição social	264	46	-	310
Imposto de renda	1.075	-	-	1.075
ICMS	756	-	-	756
ICMS – Exportação	6.548	-	-	6.548
Trabalhistas	991	399	(517)	873
Cíveis e outras	38	-	-	38
	-----	-----	-----	-----
	14.766	445	(517)	14.694
	=====	=====	=====	=====

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela Administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--O valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	30.09.2012		31.12.2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVOS--				
CIRCULANTE:				
Caixa e equivalentes de caixa	6.215	6.215	5.718	5.718
Duplicatas a receber	110.493	110.493	93.062	93.062
Outros créditos a receber	2.174	2.174	1.692	1.692
PASSIVOS--				
CIRCULANTE:				
Empréstimos e financiamentos (*)	12.089	12.089	57.374	57.374
Fornecedores	11.845	11.845	20.843	20.843
Outras contas a pagar	5.579	5.579	4.495	4.495
NÃO CIRCULANTE:				
Exigível a longo prazo:				
Empréstimos e financiamentos (*)	25.355	25.355	9.596	9.596

(*) Os valores justos dos empréstimos e financiamentos aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP e CDI), as quais acompanham as taxas de mercado.

A Companhia estima que os valores justos dos demais instrumentos financeiros aproximam-se aos valores contábeis por possuírem vencimento de curto prazo.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Empréstimos e recebíveis”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados como “Outros resultados abrangentes” na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre ao longo dos contratos. O monitoramento do impacto destas transações é analisado trimestralmente pelo Comitê de Gerenciamento de Caixa e Dívida onde a marcação a mercado

destas transações é discutida e validada. Todos os instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1 - Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia são como segue:

Instrumentos financeiros	30.09.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	2.431	2.887
Duplicatas a receber	9.875	8.064
Fornecedores	(149)	(312)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	12.157	10.639
	-----	-----
Total da exposição em milhares de Dólares equivalentes	5.987	5.672
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em Dólares norte americanos já contratados em 30 de setembro de 2012 são como segue:

Vencimento	Risco	Valor da exposição US\$ mil	Cenários		
			Provável	II	III
2012	Baixa do Dólar	5.987	56	(2.997)	(6.050)
		=====	=====	=====	=====

Valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita.

Cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de Dólares e comparando com a taxa do Dólar no final do período atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente.

As taxas futuras de Dólares foram obtidas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, reduzindo suas margens.

d.5 - Risco de taxa de juros -- O caixa e equivalentes de caixa rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto o descrito em d.5.1 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à TJLP e CDI estão demonstrados nas notas explicativas nºs 8 e 10. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1 - Riscos de taxa de juros no financiamento junto ao Banco Votorantim:

As principais informações sobre os instrumentos derivativos estão assim demonstradas:

Descrição	30.09.2012			31.12.2011		
	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)	Valor de referência (nacional)	Valor justo	Saldo contábil (a pagar)
Contrato de Swap -- Posição passiva: 97% do CDI Posição ativa: 11,25% pré Contraparte: Banco Votorantim S.A. Outras informações: 12 vencimentos mensais a partir de junho/2011 até maio/2012	-	-	-	12.500	-	-
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	-	-	-	12.500	-	-
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Contrato de swap de taxa de juros-- Foi designado e registrado pelo seu valor justo como hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade se baseia no fluxo de caixa do financiamento obtido junto ao Banco Votorantim S.A., cujas datas de vencimento dos contratos vão até maio de 2012. Tem seus ganhos e perdas não realizados registrados no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e quando realizados ou caso sua efetividade não for confirmada, são reconhecidos no resultado. O empréstimo e o derivativo foram liquidados em seu vencimento em maio de 2012.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 2011, não houve resultado com derivativos.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita a risco de crédito com respeito às suas aplicações financeiras e derivativos. Esse risco é mitigado pela política de aplicar os recursos disponíveis somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 – Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na

data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. No período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 – Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Empréstimos e financiamentos	37.444	66.970
Caixa e equivalentes de caixa	(6.215)	(5.718)
	-----	-----
Total da dívida líquida	31.229	61.252
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	246.853	221.202
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	278.082	282.454
	=====	=====

15. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de como alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. Tendo em vista que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada, a Companhia concluiu que possui somente um segmento operacional.

A Companhia possui três fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem e acabamento de tecidos planos (brins) utilizados principalmente para o vestuário. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos.

A Administração da Companhia também gerencia seus negócios por região geográfica. As regiões de negócios destacadas são: Brasil e Outros países (Argentina e EUA, principalmente).

Abaixo a Companhia apresenta as informações por região geográfica:

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Vendas líquidas:		
Brasil	266.182	264.868
Outros países	21.688	19.161
	-----	-----
	287.870	284.029
	=====	=====

16. DESPESA POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e a sua classificação por função.

Por natureza:

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Custo das matérias primas, materiais e serviços adquiridos de terceiros	(180.587)	(209.256)
Benefícios a empregados	(43.037)	(37.615)
INSS	(8.773)	(7.982)
Depreciação e amortização	(8.072)	(7.284)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	(10.703)	9.258
Outros custos e despesas	(428)	(1.666)
	-----	-----
	(251.600)	(254.545)
	=====	=====

Por função:

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Custo dos produtos vendidos	(212.595)	(218.291)
Vendas	(23.087)	(21.724)
Gerais e administrativas	(14.424)	(13.127)
Honorários da administração	(1.494)	(1.403)
	-----	-----
	(251.600)	(254.545)
	=====	=====

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	356.130	352.444
Deduções das vendas	(68.260)	(68.415)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	287.870	284.029
	=====	=====

18. LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

O lucro básico por ação foi calculado como segue:

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	26.750	20.000
Resultado atribuído à:		
Ações ordinárias	25.811	19.298
Ações preferenciais	939	702
Número médio ponderado de ações:		
Ordinárias	38.041.111	38.041.111
Preferenciais	1.258.019	1.258.019
	<u>39.299.130</u>	<u>39.299.130</u>
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:		
Ações ordinárias – R\$	0,6785	0,5073
Ações preferenciais – R\$	0,7464	0,5580
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o lucro básico por ação é igual ao lucro diluído por ação.

19. OUTRAS, LÍQUIDAS

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Resultado na alienação de imóveis destinados à venda	6.941	-
Outros	78	658
	<u>7.019</u>	<u>658</u>
	<u>=====</u>	<u>=====</u>

* * * * *